

Quadro 1: Convenções (e Protocolos) da OIT ratificadas por Portugal ¹		Registo no BIT
Convenção n.º 190, sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, 2019	Resolução da AR n.º 7/2024, de 10.1; Decreto do PR n.º 12/2024, de 10.1.	16 de fevereiro de 2024
Convenção n.º 189, sobre os Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Doméstico, 2011	Resolução da AR n.º 42/2015, de 27.4; Decreto do PR n.º 31/2015, de 27.4.	17 de julho de 2015
Convenção n.º 188, relativa ao trabalho no sector da pesca, 2007	Resolução da AR n.º 224/2019, de 7.11; Decreto do PR n.º 69/2019, de 11.11.	26 de novembro de 2019
Convenção n.º 187, sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, 2006	Resolução da AR n.º 215/2017, de 19.7; Decreto do PR n.º 78/2017, de 24.8.	26 de setembro de 2017
Convenção do Trabalho Marítimo, 2006	Resolução da AR n.º 4/2015, de 12.1; Decreto do PR n.º 7/2015, de 12.1.	12 de maio de 2016
Emendas de 2014	Resolução da AR n.º 35/2023, de 24.4; Decreto do PR n.º 38/2023, de 24.4	13 de junho de 2023
Emendas de 2016	Resolução da AR n.º 83/2023, de 13.7 Decreto do PR n.º 65/2023, de 13.7	18 de outubro de 2023
Emendas de 2018	Resolução da AR n.º 28/2023, de 12.4; Decreto do PR n.º 32/2023, de 12.4.	13 de junho de 2023
Convenção n.º 185, que procede à revisão da Convenção sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos (revista), 2003.	Resolução da AR n.º 195/2026, de 14.7; Decreto do PR n.º 88/2026, de 14.7.	[aguarda registo no BIT ²]
Convenção n.º 184, sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, 2001	Resolução da AR n.º 109/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 135/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 183, sobre a Proteção da Maternidade, 2000	Resolução da AR n.º 108/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 137/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 182, sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999	Resolução da AR n.º 47/2000, de 1.6; Decreto do PR n.º 28/2000, de 1.6	15 de junho de 2000
Convenção n.º 181, sobre as Agências de Emprego Privadas, 1997	Resolução da AR n.º 13/2001, de 13.2; Decreto do PR n.º 13/2001, de 13.2	25 de março de 2002
Convenção n.º 176, sobre Segurança e Saúde nas Minas, 1995	Resolução da AR n.º 65/2001, de 23.10; Decreto do PR n.º 55/2001, de 23.10	25 de março de 2002
Convenção n.º 175, sobre Trabalho a Tempo Parcial, 1994	Resolução da AR n.º 37/2006, de 28.4; Decreto do PR n.º 50/2006, de 28.4	2 de junho de 2006
Convenção n.º 173, sobre a Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Respetivo Empregador, 1992	Resolução da AR n.º 110/2012, de 8.8; Decreto do PR n.º 136/2012, de 8.8	8 de novembro de 2012
Convenção n.º 171, sobre o Trabalho Noturno, 1990	Resolução da AR n.º 56/94, de 9.9; Decreto do PR n.º 69/94, de 9.9	27 de novembro de 1995
Convenção n.º 162, sobre o Amianto, 1986	Resolução da AR n.º 64/98, de 2.12; Decreto do PR n.º 57/98, de 2.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 160, sobre as Estatísticas do Trabalho, 1985	Decreto n.º 22/93, de 26.6	8 de dezembro de 1993
Convenção n.º 159, sobre a Readaptação Profissional e o Emprego dos Deficientes, 1983	Resolução da AR n.º 63/98, de 2.12; Decreto do PR n.º 56/98, de 2.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 158, sobre o Despedimento, 1982	Resolução da AR n.º 55/94, de 27.8; Decreto do PR n.º 68/94, de 27.8	27 de novembro de 1995

¹ Disponível em: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11200:0::NO:11200:P11200_COUNTRY_ID:102815

² Em cumprimento do n.º 3 do artigo 12.º da Convenção, entrará em vigor, para a República Portuguesa, 6 meses após a data de registo da sua ratificação.

Convenção n.º 156, sobre os Trabalhadores com Responsabilidades Familiares, 1981	Decreto do Governo n.º 66/84, de 11.10	2 de maio de 1985
Convenção n.º 155, sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores, 1981	Decreto do Governo n.º 1/85, de 16.1	28 de maio de 1985
P155 - Protocolo de 2002, relativo à sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores, 1981	Decreto do PR n.º 104/2010, de 25.10	12 de novembro de 2010
Convenção n.º 151, relativa às Relações de Trabalho na Função Pública, 1978	Lei n.º 17/80, de 15.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 150, sobre a Administração do Trabalho, 1978	Decreto n.º 53/80, de 30.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 149, relativa ao Pessoal de Enfermagem, 1977	Decreto n.º 80/81, de 23.6	28 de maio de 1985
Convenção n.º 148, sobre o Ambiente de Trabalho (Poluição do Ar, Ruído e Vibrações), 1977	Decreto n.º 106/80, de 15.10	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 144, sobre as Consultas Tripartidas Relativas às Normas Internacionais do Trabalho, 1976	Decreto n.º 63/80, de 2.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 143, sobre os Trabalhadores Migrantes (disposições complementares), 1975	Lei n.º 52/78, de 25.7	12 de dezembro de 1978
Convenção n.º 142, sobre a Valorização dos Recursos Humanos, 1975	Decreto n.º 62/80, de 2.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 139, sobre o Cancro Profissional, 1974	Resolução da AR n.º 67/98, de 18.12; Decreto do PR n.º 61/98, de 18.12	3 de maio de 1999
Convenção n.º 138, sobre a Idade Mínima, 1973	Resolução da AR n.º 11/98, de 19.3; Decreto do PR n.º 11/98, de 19.3	20 de maio de 1998
Convenção n.º 137, sobre o Trabalho nos Portos, 1973	Decreto n.º 56/80, de 1.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 135, relativa aos Representantes dos Trabalhadores, 1971	Decreto n.º 263/76, de 8.4	31 de maio de 1976
Convenção n.º 132, sobre as Férias Anuais Remuneradas (Revista), 1970	Decreto n.º 52/80, de 29.7	17 de março de 1981
Convenção n.º 131, sobre a Fixação dos Salários Mínimos, 1970	Decreto n.º 77/81, de 19.6	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 129, sobre a Inspeção do Trabalho (Agricultura), 1969	Decreto n.º 91/81, de 17.7	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 127, sobre o Peso Máximo, 1967	Decreto n.º 17/84, de 4.4	2 de outubro de 1985
Convenção n.º 124, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Trabalhos Subterrâneos), 1965	Decreto do Governo n.º 61/84, de 4.10	2 de maio de 1985
Convenção n.º 122, sobre Política de Emprego, 1964	Decreto n.º 54/80, de 31.7	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 120, sobre Higiene (Comércio e Escritórios), 1964	Decreto n.º 81/81, de 29.6	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 117, sobre a Política Social (Objetivos e Normas Base), 1962	Decreto n.º 57/80, de 1.8	9 de janeiro de 1981
Convenção n.º 115, sobre a Proteção contra as Radiações, 1960	Decreto n.º 26/93, de 18.8	17 de março de 1994

Convenção n.º 111, sobre a Discriminação (Emprego e Profissão), 1958	Decreto-Lei n.º 42520, de 23.9.1959	19 de novembro de 1959
Convenção n.º 108, sobre os Documentos de Identificação dos Marítimos, 1958	Decreto-Lei n.º 47712, de 19.5.1967	3 de agosto de 1967
Convenção n.º 106, sobre o Descanso Semanal (Comércio e Escritórios), 1957	Decreto-Lei n.º 43005, de 3.6.1960	24 de outubro de 1960
Convenção n.º 105, sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957	Decreto-Lei n.º 42381, de 13.7.1959	23 de novembro de 1959
Convenção n.º 102, relativa à Segurança Social (Norma Mínima), 1952	Resolução da AR n.º 31/92, de 3.11; Decreto do PR n.º 25/92, de 3.11	17 de março de 1994
Convenção n.º 100, sobre a Igualdade de Remuneração, 1951	Decreto-Lei n.º 47302, de 4.11.1966	20 de fevereiro de 1967
Convenção n.º 98, sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949	Decreto-Lei n.º 45758, de 12.6.1964	1 de julho de 1964
Convenção n.º 97, sobre os Trabalhadores Migrantes (Revista), 1949	Lei n.º 50/78, de 25.7	12 de dezembro de 1978
Convenção n.º 95, sobre a Proteção do Salário, 1949	Decreto n.º 88/81, de 14.7	24 de fevereiro de 1983
Convenção n.º 88, sobre o Serviço de Emprego, 1948	Decreto-Lei n.º 174/72, de 24.5	23 de junho de 1972
<u>Convenção n.º 87, sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, 1948</u>	Lei n.º 45/77, de 7.7	14 de outubro de 1977
Convenção n.º 81, sobre a Inspeção do Trabalho, 1947	Decreto-Lei n.º 44148, de 6.1.1962	12 de fevereiro de 1962
Convenção n.º 78, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Trabalhos não Industriais), 1946	Decreto n.º 111/82, de 7.10	23 de maio de 1983
Convenção n.º 77, sobre o Exame Médico dos Adolescentes (Indústria), 1946	Decreto n.º 115/82, de 15.10	23 de maio de 1983
Convenção n.º 29, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, 1930	Decreto-Lei n.º 40646, de 16.6.1956	26 de junho de 1956
P029 - Protocolo 2014, relativo à Convenção sobre o trabalho forçado ou obrigatório, 1930	Resolução da AR n.º 87/2020, de 20/11; Decreto do PR n.º 59/2020, de 20/11	23 de dezembro de 2020
Convenção n.º 27, relativa à Indicação do Peso nos Grandes Volumes Transportados em Barco, 1929	Decreto n.º 20771, de 16.1.1932; Carta de Confirmação e Ratificação, de 24.6.1932	1 de março de 1932
Convenção n.º 26, sobre os Métodos de Fixação de Salários Mínimos, 1928	Decreto-Lei n.º 42521, de 23.9.1959	10 de novembro de 1959
Convenção n.º 19, relativa à Igualdade de Tratamento entre Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Reparação de Acidentes de Trabalho, 1925	Decreto n.º 16588, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 18, relativa à Reparação de Doenças Profissionais, 1925 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto n.º 16587, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 17, relativa à Reparação dos Desastres no Trabalho, 1925 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto n.º 16586, de 9.3.1929; Carta de Confirmação e Ratificação, de 6.4.1929	27 de março de 1929
Convenção n.º 14, relativa ao Descanso Semanal (Indústria), 1921	Decreto n.º 15362, de 14.4.1928 Carta de Confirmação e Ratificação de 8.9.1928	3 de julho de 1928
Convenção n.º 12, relativa à Reparação de Acidentes de Trabalho (Agricultura), 1921	Decreto-Lei n.º 42874, de 15.3.1960	16 de maio de 1960

Convenção n.º 11, sobre o Direito de Associação (Agricultura), 1921	Lei n.º 41/77, de 18.6	27 de setembro de 1977
Convenção n.º 6, sobre o Trabalho Noturno de Menores (indústria), 1919	Decreto n.º 20992, de 25.11.1931; Carta de Confirmação e Ratificação de 16.9.1932	10 de maio de 1932
Convenção n.º 1, sobre Duração do Trabalho (Indústria), 1919	Decreto n.º 15361, de 3.4.1928; Carta de Confirmação e Ratificação de 8.9.1928	3 de julho de 1929
Quadro 2: Convenções da OIT ratificadas por Portugal Abrogadas/Denunciadas		
Convenção n.º 147, sobre a Marinha Mercante (Normas Mínimas), 1976	Decreto do Governo n.º 65/83, de 25.7.1983	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 146, sobre as Férias Anuais Pagas dos Marítimos, 1976	Decreto n.º 108/82, de 6.10	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 145, sobre a Continuidade de Emprego dos Marítimos, 1976	Decreto n.º 109/82, de 10.6	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela CIT, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 109, sobre os Salários, a Duração do Trabalho a Bordo e as Lotações (Revista), 1958 Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor.	Decreto n.º 90/80, de 23.9	Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção 180, que a revê. Retirada pela CIT, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 107, sobre Populações Aborígenes e Tribais, 1957	Decreto-Lei n.º 43281, de 29.10.1960	Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 169, que a revê.
Convenção n.º 104, sobre a Abolição das Sanções Penais (Trabalhadores Indígenas), 1955 Assinala-se que PT procedeu à sua denúncia ³ , mas o ato não foi registado no BIT dentro do prazo estipulado no artigo 8.º da Convenção.	Decreto-Lei n.º 42691, de 30.11.1959	Abrogada pela CIT, na sua 107.ª sessão , a 28 de maio de 2018.
Convenção n.º 103, sobre Proteção à Maternidade (Revista), 1952 [Inscrita para ab-rogação na CIT2033]	Decreto do Governo n.º 63/84, de 10.10	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 183
Convenção n.º 96, sobre as Agências de Colocação Não Gratuitas (Revista), 1949 Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 181 que a revê.	Decreto do Governo n.º 68/84, de 17.10	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 181 .
Convenção n.º 92, sobre o Alojamento das Tripulações (Revista), 1949	Decreto-Lei n.º 38800, de 25.6.1952	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 91, das Férias Remuneradas dos Trabalhadores Marítimos (Revista), 1949 [**] Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor da Convenção n.º 146 que a revê.	Decreto-Lei n.º 38793, de 21.6.1952	Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 146 . Abrogada pela CIT, na sua 109.ª sessão , a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 89, sobre o Trabalho Noturno (Mulheres) (Revista), 1948 Revê parcialmente a Convenção n.º 4.	Decreto-Lei n.º 44862, de 23.1.1963	Denunciada em 27 de fevereiro de 1992.

³ [Resolução da Assembleia da República n.º 84/2009](#) e o [Decreto do Presidente da República n.º 83/2009](#), ambos de 7 de setembro.

Convenção n.º 75, sobre o Alojamento das Tripulações, 1946 Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor. Deixou de estar aberta à ratificação após entrada em vigor da Convenção n.º 92, que a revê.	Decreto-Lei n.º 38377, de 7.8.1951.	PT não procedeu ao registo junto do BIT por se ter entretanto optado pela ratificação da Convenção n.º 92. Retirada pela CIT, na sua 111.ª sessão, a 12 de junho de 2023.
Convenção n.º 74, sobre o Diploma de Aptidão de Marinheiro Qualificado, 1946	Decreto-Lei n.º 38365, de 6.8.1951	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela CIT, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 73, sobre o Exame Médico dos Trabalhadores Marítimos, 1946	Decreto-Lei n.º 38362, de 4.8.1951	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017). Abrogada pela CIT, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 72, das Férias Remuneradas dos Trabalhadores Marítimos, 1946 [Não recebeu o número necessário de ratificações para a sua entrada em vigor. Deixou de estar aberta à ratificação após a entrada em vigor Convenção n.º 91 que a revê.]	Decreto-Lei n.º 38349, de 30.7.1951.	Retirada pela CIT, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 69, sobre Diploma de Aptidão dos Cozinheiros de Bordo, 1946	Decreto-Lei n.º 38344, de 21 de julho de 1951	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 68, sobre Alimentação e Serviço de Mesa (Tripulação de Navios), 1946	Decreto-Lei n.º 38340, de 9 de julho de 1951	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 63, relativa às Estatísticas dos Salários e das Horas de Trabalho, 1938 Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 160 (8.12.1993).	Decreto n.º 90/81, de 15 de julho de 1981	Abrogada pela CIT, na sua 112.ª sessão, a 8 de junho de 2024.
Convenção n.º 45, dos Trabalhos Subterrâneos (Mulheres), 1935⁴	DL n.º 27891, de 26.7.1937; Carta de Confirmação e Ratificação, de 20.11.1937	Abrogada pela CIT, na sua 112.ª sessão, a 8 de junho de 2024.
Convenção n.º 23, sobre o Repatriamento dos Marítimos, 1926	Decreto n.º 113/82, de 13 de outubro de 1982	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 22, sobre o Contrato de Trabalho dos Marítimos, 1926	Decreto n.º 112/82, de 11 de outubro de 1982	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 8, sobre a Indemnização por Desemprego (Naufrágio), 1920	Decreto n.º 133/80, de 28.11	Denunciada automaticamente com a entrada em vigor da CTM, 2006 (12.5.2017).
Convenção n.º 7, sobre a Idade mínima de Admissão (Trabalho Marítimo), 1920 Denunciada automaticamente na sequência da ratificação da Convenção n.º 138 (20.5.1999)	Decreto-Lei n.º 43020, de 15.6.1960	Retirada pela CIT, na sua 109.ª sessão, a 19 de junho de 2021.
Convenção n.º 4, sobre o Trabalho Noturno (Mulheres), 1919	Decreto n.º 20988, de 25.11.1931; Carta de Confirmação e Ratificação de 12.9.1932	Abrogada pela CIT, na sua 106.ª sessão, a 14 de junho de 2017.

⁴Assinala-se que Portugal procedeu à sua denúncia, mas o ato não foi registado no BIT dentro do prazo estipulado no artigo 8.º da Convenção [vd. [Resolução da Assembleia da República n.º 140/2019, de 19 de agosto](#) e [Decreto do Presidente da República n.º 48/2019, de 19 de agosto](#)].